

Colin McGinn, *Shakespeare's philosophy: Discovering the Meaning Behind the Plays*, New York, Harpercollins, 2006.

A bibliografia sobre Shakespeare é tão abundante e variada e a indústria de especialistas tão pujante e produtiva, que foi uma surpresa ver que também o filósofo britânico Colin McGinn, autor de várias obras importantes no âmbito da Filosofia da Mente – como *The Character of Mind* (1982), *The Subjective View: Secondary Qualities* (1983), *Mental Content* (1989), *The Problem of Consciousness* (1991), *Minds and Bodies: Philosophers and Their Ideas* (1997), *The Mysterious Flame: Conscious Minds in a Material World* (1999), *Consciousness and Its Objects* (2004), *Mindsight: Image, Dream, Meaning* (2004) – publicou um livro sobre aquele a quem chamam O Bardo.

À surpresa, afinal menos surpreendente se considerarmos que há já algum tempo que a literatura e outras formas artísticas, como o cinema (publica em 2005 *The Power of Movies: How Screen and Mind Interact*), fazem parte dos interesses, filosóficos e criativos, de McGinn, sucedeu-se a inveja quando, no prefácio, são dadas a conhecer as circunstâncias da produção do livro. Não, quero crer, uma inveja como a define Hobbes, «[a] tristeza causada pelo sucesso de um competidor em riqueza, honra ou outros bens (...) [q]uando ligada ao esforço para suplantar ou levantar obstáculos ao competidor(...)» (Thomas Hobbes, *Leviatã*, Lisboa, INCM, 1995, p. 63.), mas antes aquela, humeana, que «...é despertada pela alegria actual da outra pessoa a qual, por comparação, diminui em nós a ideia da nossa própria alegria (...). A alegria que é objecto da inveja, é geralmente superior à nossa própria.» (David Hume, *Tratado da Natureza Humana*, Lisboa, Gulbenkian, 2001, p. 439). É que, explica McGinn, este livro resulta do facto de o autor ter dado por si com tempo livre nas mãos, durante uma licença sabática, concluídos os seus projectos filosóficos. Serão realmente necessárias glosas ou comentários à aparentemente inócua mas futuramente, e proximamente futura, preciosíssima causa deste estado anímico apesar de tudo censurável a ponto de figurar no grande catálogo ocidental dos vícios que se qualificam até como pecados?

O livro de McGinn é, declaradamente, o livro de um filósofo profissional (e, acrescentar-se-á, de um filósofo treinado na tradição analítica) que se interessa por Shakespeare e não o de um especialista em Shakespeare que se interessa por filosofia. Organiza-se em doze capítulos, o primeiro apresentando três tópicos filosóficos gerais, o tema da possibilidade do conhecimento e a ameaça do cepticismo, o problema da natureza e persistência do eu, e a questão da causalidade e o modo como estrutura os acontecimentos que nos dizem respeito; os seis seguintes abordando individualmente seis das que o autor considera serem as principais peças de Shakespeare: *Hamlet*, *Sonho de Uma Noite de Verão*, *Otelo*, *Macbeth*, *Rei Lear* e *A Tempestade* – não são apresentados critérios para esta escolha; e os cinco últimos tratando de temas como género, psicologia, ética, tragédia e concluindo com uma apreciação do génio de Shakespeare. Sente-se a falta da política.

O modo como o livro se organiza visa permitir olhar para as peças de Shakespeare «expressamente do ponto de vista das suas preocupações filosóficas subjacentes», sem pretender substituir tratamentos literários ou históricos: assim, a promessa contida no subtítulo do livro de McGinn, *Discovering the Meaning Behind the Plays*, ganha precisão, ao mesmo tempo que se alivia um pouco aquela

tensão desconfiada que a leitura de um objectivo tão ambicioso e eventualmente insensato como o anunciado poderia causar em sobrolhos e cérebros.

Começar por tópicos filosóficos gerais, que McGinn considera serem os temas filosóficos principais das peças de Shakespeare, permite, segundo diz, dar desde logo ao leitor uma apreciação dos próprios problemas, e da sua relevância continuada ao longo de toda a história da filosofia até ao presente. Só depois se passa a uma leitura das peças à luz destes temas, desenvolvendo-os ao longo dessa leitura, para que se possa não apenas determinar qual é a «filosofia de Shakespeare» mas também que contributos pode a obra de Shakespeare dar à própria filosofia, duas tarefas paralelas que McGinn se atribui neste projecto no início do primeiro capítulo. E, uma vez que é esta a perspectiva do livro, os capítulos temáticos finais tratam o que McGinn considera serem outros temas filosóficos subsidiários dos temas principais que identificou no primeiro e com os quais interpretou as peças mencionadas.

Shakespeare filósofo é, então, um céptico, fortemente influenciado por Montaigne, particularmente sensível à dificuldade em distinguir sonho e vigília, realidade e ilusão (*Sonho de Uma Noite de Verão*), e também ao problema das outras mentes, do que é possível inferir em termos de pensamentos, motivos, emoções, intenções, a partir do que está publicamente disponível no comportamento e no corpo das outras pessoas (*Otelo*). O seu cepticismo estende-se também à questão da identidade pessoal, sendo o eu tão difícil de conhecer e estando o auto-conhecimento tão sujeito ao engano como o mundo exterior ou os outros (*Hamlet*); e o caso do eu é tanto mais perturbador quanto o que está em causa é não apenas a possibilidade do seu auto-conhecimento, mas também da sua auto-determinação racional e auto-controlo moral (*Macbeth*). Apesar desta apreensão escassa e frágil, sentido, valor, racionalidade, moralidade são do domínio do humano, mais ainda, são apenas e só do domínio do humano: a ordem causal do mundo é neutra, não teleológica, indiferente, e das grandes forças cósmicas, ou, se as houver, divinas, não temos muito, ou nada, a esperar (*Rei Lear*). Antes o enorme poder que parece operar e dominar grande parte da vida humana é o poder criativo, transformador, destruidor, misterioso da linguagem (*A Tempestade*).

Não sei se, como diz McGinn, o que Shakespeare faz, nas suas peças, é «desenvolver as consequências dramáticas de um problema filosófico». Que é possível encontrar temas filosóficos em Shakespeare, como em muitos outros autores que não são específicos, literal e sistematicamente filósofos, não me parece controverso; e os que McGinn identifica não só fazem todo o sentido como parecem até ser os da época do dramaturgo, como é manifesto nas obras do magnífico e abundantemente citado Montaigne ou do compatriota de Shakespeare e prolífico, excessivo, mestre da citação Robert Burton, autor de *The Anatomy of Melancholy*. Que Shakespeare contribua algo para a filosofia também não parece de todo absurdo: embora McGinn não explicita exactamente o quê, presumo que a lição filosófica principal de Shakespeare, para além das análises particulares que o tratamento de cada tema permite, estará no seu cepticismo, que McGinn vê como decorrendo do seu «naturalismo», isto é, da sua determinação em observar e registar factos acerca dos seres humanos e do seu mundo, implacavelmente, com total dedicação à verdade. Que seja esta dedicação à verdade a conduzir a um cepticismo acerca das pretensões humanas quanto ao conhecimento, parece aliás

estar de acordo com a posição filosófica do próprio McGinn, classificado como um «New Mysterian» por defender que há problemas filosóficos, e especificamente o chamado problema duro da consciência, cuja possibilidade de resolução está simplesmente para além das capacidades da razão humana. E não pensamos logo numa das frases de Shakespeare que toda a gente conhece? «Há mais coisas...»

Seguir as análises e interpretações de cada uma das seis peças de Shakespeare por McGinn, à medida que estes e outros temas vão sendo apresentados e desenvolvidos, é, sem dúvida, um prazer, e uma oportunidade de instrução, como é o caso do capítulo sobre *Macbeth*, onde se explora o mecanismo complexo, subtil, rico, variado da psicologia moral humana. O livro de McGinn permite-nos não esquecer que a literatura, e a espantosa obra de Shakespeare, é uma inesgotável fonte de experiência para filósofos. Mas curiosamente, ou talvez não, mais do que a sistematização de ideias e temas filosóficos propostos, o que vai ocupando o espaço mental do leitor é, crescentemente, o apetite de ler ou voltar a ler o próprio Shakespeare, tão poderosa é de facto a obra mesmo quando citada em pequenos fragmentos apenas. Shakespeare filósofo, felizmente, foi Shakespeare dramaturgo, escreveu peças de teatro e sonetos e não tratados ou ensaios (ou até diálogos filosóficos), criou personagens, monólogos, diálogos, e não teses, argumentos, e objecções. Certamente provocará, até ao fim dos tempos, se este vier, filósofos a escrever por ele a sua filosofia, e outros a escrever por ele muitas outras coisas. E estas serão por vezes fascinantes, outras vezes interessantes, outras ainda nem uma coisa nem outra. Entretanto, saboreemos o duplo privilégio, da coisa a ler sempre e que outros nos possam fazer ler um pouco melhor, sabendo o que dizia no século XVIII o Bispo Butler, que «uma coisa é uma coisa e não outra coisa qualquer».

ALEXANDRA ABRANCHES